

Capítulos do feminismo marxista

Giovanna Henrique Marcelino¹

RESUMO

Nos últimos anos, diversos países têm presenciado um crescimento significativo do feminismo, endossando a hipótese levantada por teóricas e ativistas a respeito da emergência de uma “nova onda” deste movimento. Desde 2017, em particular, as lutas encabeçadas por feministas indicam que se trata de um dos poucos movimentos sociais que apresenta hoje capacidade de articulação a nível internacional, frequentemente polarizando as discussões políticas nos âmbitos nacionais, sobretudo em governos de extrema-direita.

Este artigo pretende se ater a apreciação de uma das linhagens do pensamento e prática feminista que tem se destacado neste novo cenário de ascenso: o feminismo marxista. Mais especificamente, pretende-se trabalhar com a ideia de que, com a crise capitalista iniciada em 2008, foi aberto um novo capítulo de sua história. Para isso, será feita uma breve recuperação (em termos históricos e teóricos) das relações entre feminismo e a tradição marxista e socialista, dos momentos iniciais das elaborações feitas a partir do contato com a obra de Marx e Engels até a formulação recente sobre o “feminismo para os 99%”.

Espera-se, com isso, contribuir para a compreensão sobre o fenômeno de crescimento do feminismo nos últimos anos e o lugar e papel das ideias marxistas no interior deste. Além disso, será trabalhada a hipótese de que o movimento feminista mais uma vez se apresenta como um *locus* importante de renovação do marxismo, e no qual a reconexão de suas dimensões constitutivas – teoria e prática – tem se mostrado possível.

Palavras-chave: Feminismo; Marxismo; Anticapitalismo; Feminismo Socialista; Feminismo para os 99%.

ABSTRACT

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Email: giovannahmarcelino@gmail.com.

In the last years, several countries have witnessed a significant growth of feminism, endorsing the hypothesis raised by theorists and activists about the emergence of a "new wave" of this movement. Since 2017, in particular, feminist-led struggles have indicated that it is one of the very few social movements that have today the ability to articulate at an international level, often polarizing political discussions at the national level, especially in far-right governments.

This article intends to focus on the appreciation of one of the lines of feminist thought and practice that has stood out in this new scenario of ascent: Marxist feminism. More specifically, we intend to work with the idea that, with the capitalist crisis that began in 2008, a new chapter of its history was opened. To this end, a brief (in historical and theoretical) recovery will be made of the relations between feminism and the Marxist and socialist tradition, from the initial moments of the elaborations made from the contact with the work of Marx and Engels until the recent formulation on the " feminism for the 99%. "

It is hoped, therefore, to contribute to the understanding about the phenomenon of growth of feminism in recent years and the place and role of Marxist ideas within it. Furthermore, will be worked out the hypothesis that the feminist movement once again presents itself as an important locus for the renewal of Marxism, and in which the reconnection of its constitutive dimensions - theory and practice - has proved possible.

Key words: Feminism; Marxism; Anticapitalism; Socialist Feminism; Feminism for the 99%.

“Para além de Marx”

Nos últimos anos, o feminismo voltou a ser uma força social e política relevante no mundo. Nesse mesmo período, um retorno às ideias de Marx aconteceu em diversos países. E isso não é uma mera coincidência, haja visto a atmosfera econômica e política que o mundo vive desde 2008, com o acirramento de contradições e lutas sociais próprios de um momento de crise capitalista, que inevitavelmente acende a atuação dos movimentos sociais e o ressurgimento de perspectivas antissistêmicas.

A defesa por um “feminismo para os 99%” – tal como apresentado recentemente por feministas nos Estados Unidos – faz parte deste contexto, algo que tem gerado ganhos

tanto para o movimento de mulheres, quanto para a tradição marxista.² Basicamente porque essa concepção propõe uma reconciliação para a controversa relação entre marxismo e feminismo, cuja história possui diferentes capítulos, circunscritos a contextos específicos, cada qual responsável por ter gerado novas noções e práticas para a libertação das mulheres.

Como sinaliza Silvia Federici, “à medida que o interesse no marxismo e no feminismo se renova, e o olhar de Marx sobre “gênero” recebe nova atenção, surgem novos consensos entre as feministas”.³ É possível dizer que o “feminismo para os 99%” busca justamente mais uma dessas tentativas de consenso ou síntese, na perspectiva de reconsolidar no interior do feminismo a posição de uma vertente específica: aquela que dá continuidade à uma tradição marxista, socialista, revolucionária, atualizando-a em relação às novas experiências e debates do ativismo contemporâneo, algo que resultou na defesa um feminismo amplo, plural, aliado à luta de classes e ao internacionalismo, em oposição tanto aos reducionismos e determinismos econômicos vulgares, quanto às formulas individualizantes e mercantilizadas que tomaram conta da cena feminista no contexto do capitalismo neoliberal.

Tal como registrado em diferentes trabalhos, o marxismo historicamente gerou importantes contribuições para o feminismo, sendo o inverso também verdadeiro.⁴ Por um lado, feministas de diferentes gerações encontraram no trabalho de Marx fundamentos para compreender as especificidades da opressão das mulheres. Pois, apesar de não ter se ocupado ou propriamente elaborado sobre essa questão, ele desenvolveu um quadro teórico e um método bastante útil para o estudo e compreensão da condição feminina. Ao mesmo tempo, ao partir das lacunas, limitações ou ausências da obra de Marx, as feministas promoveram uma renovação da própria tradição marxista. Reinterpretando as categorias marxistas através de uma “lente feminina”, consolidaram uma abordagem científica sólida sobre as relações íntimas que a opressão feminina guarda com a reprodução do capitalismo e como ela assume diferentes formas, de acordo com a situação de classe de cada mulher.

² Cf. Arruzza, C.; Bhattacharya, T; Fraser, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

³ Federici, S. Notas sobre gênero em “O Capital” de Marx. *Cadernos CEMARX*, n. 10, 2017, p. 84.

⁴ Cf. Alambert, Z. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986; Arruzza, C. *Dangerous Liaisons: the marriages and divorces of Marxism and Feminism*. Wales: Merlin Press, 2013; Vogel, L. *Marxism and Women Opression: Toward a Unitary Theory*. Boston: Brill, 2013.

Dois fundamentos foram cruciais nesse sentido. Em primeiro lugar, a compreensão de que a opressão de gênero não é algo natural, mas um produto histórico, uma construção social, gerada nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados, tendo em vista a associação de homens e mulheres para a produção e reprodução de sua vida material. Textos como *A ideologia alemã* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* exerceram influência no embasamento teórico do feminismo marxista nesse sentido, sobretudo na tentativa de compreender as origens da opressão da mulher e da dominação masculina a partir da concepção materialista da história.

Outro ponto de partida teórico e referência fundamental para a formação da crítica feminista foram os escritos de economia política, que aportaram às análises anteriores sobre a subordinação das mulheres na família as considerações sobre gênero na esfera da produção. Como ressalta Federici, Marx foi um denunciante incansável das atrocidades do sistema capitalista, incluindo a descrição sobre o emprego de crianças e mulheres no trabalho fabril. Em *O Capital*, encontram-se trechos que expõe criticamente a exploração do trabalho operário infantil e feminino no período de surgimento da industrialização.

[...] Eles nos informam sobre as costureiras que morriam por excesso de trabalho e falta de ar e alimento (MARX, 1990, p. 365), sobre meninas que trabalhavam sem se alimentar quatorze horas por dia, ou que se arrastavam seminuas nas minas para transportar carvão à superfície, sobre crianças que eram tiradas da cama à meia-noite “e obrigadas a trabalhar para ganhar um mísero sustento” (MARX, 1990, p. 416), “as crianças eram levadas ao matadouro”, [onde] máquinas vampíricas consumiam suas vidas “enquanto existisse um músculo, um tendão, uma gota de sangue para sugar” (MARX, 1990, p. 416).⁵

Entretanto, o que as feministas revelam é que, apesar de suas denúncias, a abordagem apresentada por Marx é insuficiente para entender a questão de gênero, por limitar-se a descrição de como o trabalho feminino seguia as tendências estruturais da produção capitalista (que desvaloriza a força de trabalho, testa seus limites físicos, extraindo o máximo de trabalho possível). Na avaliação das feministas, Marx omitiu, por exemplo, um tema fundamental para a análise do sistema: o papel do trabalho reprodutivo como um dos pilares do modo de produção capitalista. Em termos políticos, ele também não se debruçou sobre a necessidade de organização dessa parcela do proletariado (expondo-as mais como vítimas do que sujeitos sociais), além de não mencionar como o

⁵ Federici, op. cit., p. 88.

ingresso das mulheres nas fábricas afetou a luta dos trabalhadores, algo que foi posteriormente trabalhado pelas feministas socialistas russas e alemãs.⁶

A grande contribuição das feministas, portanto, foi a de ter ido "além de Marx" e aportado à sua teoria uma perspectiva de gênero para a história do capitalismo, entendendo que ele a compreendeu sob a ótica universal da formação do proletariado assalariado, mas não "do ponto de vista das cozinhas e quartos, onde a força de trabalho é produzida diariamente, geração após geração".⁷ Assim, as feministas enxergaram algo que Marx não viu: que as mulheres, por conta da divisão sexual do trabalho, historicamente estiveram à frente de um papel central para o desenvolvimento capitalista – o de cumprir as atividades ligadas ao chamado trabalho reprodutivo, que contribuem para a reprodução da força de trabalho. Assim, defendendo a centralidade do trabalho doméstico e reprodutivo, montaram uma nova agenda de pesquisa sobre a reprodução social.

Como apontam Susan Ferguson e David McNally, o estudo sobre o trabalho reprodutivo “cristalizou a busca por localizar os fundamentos sócio-materiais da opressão às mulheres nos termos e conceitos da economia política marxiana”.⁸ Por se tratar de um tipo de trabalho em sua maioria não remunerado, além de depreciado e naturalizado como uma “vocação feminina”, ele foi ou equivocadamente desconsiderado ou visto de maneira subordinada ao trabalho produtivo no interior do marxismo. Mas o fato é que o trabalho reprodutivo é crucial para a compreensão das dinâmicas do sistema, já que suas atividades

⁶ A hipótese de Federici, inclusive, é a de que Marx não teorizou de maneira aprofundada a questão de gênero por sua visão sobre a industrialização e “porque, em parte, a “emancipação das mulheres” tinha uma importância periférica em seu trabalho político” (Ibidem, p. 85). Marx na verdade via com bons olhos a presença da mulher na indústria. Segundo Inessa Armand, a resolução apresentada por Marx na I Internacional foi a seguinte: "sem dúvidas, as condições de trabalho feminino são terríveis, e é preciso lutar vigorosamente contras as formas abomináveis do emprego dele; mas o trabalho feminino nas fábricas e indústrias é bom por si só, porque ele liberta a mulher do jugo familiar, leva a trabalhadora do círculo estreito das atribuições familiares para a arena ampla do trabalho social, capacita o desenvolvimento da independência de seu caráter, cria as condições imprescindíveis para transformá-la em uma combatente que guia a luta comum com os trabalhadores" (Armand, I. "As trabalhadoras na I Internacional". Em: Schneider, G. (Org.). *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 242). Ou seja, para Marx, o capitalismo seria uma via necessária para a criação de condições para a emancipação da mulher. Mas, como bem nota Federici, a realidade é que o trabalho industrial não libertou as mulheres; pode ter avançado na questão da independência econômica, mas o fato é que elas permanecem atadas pelas jornadas de trabalho e pelas atividades domésticas, a tutela dos homens, falta de assistência por parte do Estado, de forma que "a igualdade no âmbito do trabalho tem sido um produto da luta das mulheres e não um presente das máquinas" (Federici, op. cit., p. 94).

⁷ Ibidem, p. 105,

⁸ Ferguson, S. & McNally, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, n. 29, 2017, p. 27. Como relatam os autores, este foi um debate extenso nos anos 1970, que teve lugar em revistas marxistas como *Radical America*, *New Left Review*, *Review of Radical Political Economics*, *Cambridge Journal of Economics*, *Bulletin of the Conference of Socialist Economists* (Ibidem, p. 28).

– procriação, limpeza, educação, sexualidade, etc. – contribuem para a reprodução da força de trabalho, sem a qual não existiria desenvolvimento capitalista.⁹

Em *O capital*, Marx mostrou como a força de trabalho sustenta o sistema de produção de mais-valia, tendo em vista que a acumulação de capital só é possível quando os trabalhadores, em busca de meios de vida, vendem sua capacidade de trabalho por um salário. O que está ausente em sua análise, no entanto, é justamente como essa “mercadoria especial” é produzida e reproduzida, ou ainda, como ela é trazida a luz e criada: na “família da classe trabalhadora”.¹⁰ Mais especificamente, não denotou que o trabalho de produzir trabalhadores – que envolve o trabalho de procriação e criação – tem uma característica de gênero, justificada inicialmente pela capacidade biológica da mulher e reforçada pela divisão sexual do trabalho que a relega a atividades ligadas a esfera doméstica. Assim, as mulheres no lar reproduzem diária e geracionalmente a força de trabalho que a sociedade capitalista precisa.¹¹

Desse modo, as feministas descobriram um “novo Marx”. E a investigação sobre a centralidade do trabalho reprodutivo não só provocou uma inovação teórica sobre a natureza do capitalismo, como para a luta contra ele.¹² Ela colocou a questão de que a luta anticapitalista não se dá apenas nas fábricas e locais de trabalho, como também nos lares; do ponto de vista prático, se as mulheres – que são metade da população e responsáveis por parir e cuidar da outra metade – param de realizar o trabalho reprodutivo, o “centro nervoso” da produção de força de trabalho para: “sem trabalho doméstico, os trabalhadores não podem se reproduzir e, sem trabalhadores, o capital não pode ser reproduzido”.¹³ Pois, se os trabalhadores não se alimentarem, socializarem, não estiverem em condições plenas de saúde, simplesmente não há trabalho. Tal reconhecimento, gerou uma nova estratégia política, que muito influenciou o campo da

⁹ Nesse sentido, as feministas utilizaram um conceito ampliado de trabalho. Retomando as próprias definições de Marx e Engels, defenderam uma categoria ampla, que não designa apenas a criação de valores econômicos, mas aquela “atividade prática humana” que cria todas as coisas (práticas, pessoas, relações, ideias) que constituem a totalidade social mais ampla (Ferguson, S. Feminismo interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos CEMARX*, n. 10, 2017., p. 24).

¹⁰ Cf. Vogel, L. *Marxism and Women Opression: Toward a Unitary Theory*. Boston: Brill, 2013.

¹¹ A contribuição de Vogel, nesse sentido, foi mostrar como a opressão das mulheres “gira em torno da importância social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que reforça a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza”, de forma a, inclusive, a corrigir a visão um tanto naturalista de Marx, de que a classe trabalhadora se reproduziria por “impulso de autopreservação” (Ferguson & McNally, op. cit., p. 35).

¹² Cf. Federici, op. cit., p. 86.

¹³ Ferguson & McNally, op. cit., p. 27.

luta feminista e socialista, a exemplo dos debates sobre a socialização do trabalho doméstico ocorridos após a Revolução Russa.

De subalternas a revolucionárias: o feminismo socialista

As inovações teóricas produzidas pelas feministas marxistas ao longo dos anos foram geralmente influenciadas por intensas discussões políticas, ao mesmo tempo em que as influenciaram. Essa dinâmica se deu, primeiramente, durante o marxismo clássico, junto aos debates em torno da relação entre a luta pela emancipação das mulheres e a luta pelo socialismo, tendo o processo revolucionário russo um de seus modelos mais emblemáticos.

Dentro das diferentes vertentes e agrupamentos que compuseram o movimento de mulheres em seu surgimento, o feminismo socialista produziu uma vasta contribuição. Ela, inclusive, foi determinante para o desenvolvimento da primeira onda do feminismo, em meio a um contexto de profundas mudanças sociais no seio das sociedades modernas, que, após a Revolução Industrial, passou a concentrar a produção coletiva em fábricas e incorporar mulheres e crianças como mão-de-obra barata.

A incorporação das mulheres no mundo do trabalho foi um dos fatores determinantes para a revolta e organização de milhares de mulheres em movimentos políticos e feministas pelo mundo a partir da segunda metade do século XIX. Suas condições de trabalho faziam delas a fração mais explorada do proletariado. Concentradas em ofícios menos valorizados e qualificados, a esmagadora maioria das mulheres vivia uma vida miserável, enfrentando péssimas condições de trabalho, assédio dos patrões, a fome, a humilhação, o analfabetismo, jornadas de trabalho exaustivas, dentro e fora da fábrica, já que a entrada no trabalho industrial não as eximiu das responsabilidades domésticas e da maternidade no âmbito privado da família – uma situação que se agravava pelo fato de não possuírem praticamente nenhum direito civil e político garantido.¹⁴ Assim, a pressão sofrida dentro do ambiente de trabalho e do lar, combinada à exclusão da vida política, foi um fator decisivo para a organização do movimento feminista. Além disso, ele foi influenciado pela própria atmosfera de mobilização do movimento operário

¹⁴ Cf. Marcelino, G. H. As sufragistas e a primeira onda do feminismo. *Revista Movimento*, 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/02/3801/>>. Acesso em: 31 de março de 2019.

em ascensão naquele momento, assim como foi um elemento essencial para seu fortalecimento e expansão.¹⁵

Nesse sentido, as socialistas protagonizaram um extenso debate sobre a importância de se pensar uma estratégia para organizar mulheres trabalhadoras, apostando na aproximação entre movimento operário e feminismo.¹⁶ Nas palavras de Clara Zetkin, “Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso”, ou seja, a libertação da mulher seria uma etapa importante para a conquista do poder pelo proletariado, não sendo possível a revolução sem a emancipação das mulheres, nem a emancipação das mulheres sem uma revolução.¹⁷ Assim, as socialistas levaram à cabo um trabalho junto a ala feminina do proletariado, entendendo que as mulheres compunham uma importante parcela da classe, cuja mobilização era imprescindível para a construção de uma sociedade socialista.¹⁸

O feminismo soviético, em particular, produziu importantes avanços nesse sentido, legado que foi bastante revisitado recentemente, especialmente em comemoração dos cem anos da Revolução Russa.¹⁹ A partir de 1917, as mulheres russas conquistaram uma gama de direitos, muitos dos quais nós reivindicamos ainda hoje nos países capitalistas. Uma das primeiras medidas dos revolucionários foi a promulgação da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Além disso, houve a substituição do

¹⁵ Para uma história da relação entre o movimento de mulheres e o movimento de trabalhadores, cf. Arruzza, C. *Dangerous Liaisons: the marriages and divorces of Marxism and Feminism*. Wales: Merlin Press, 2013.

¹⁶ Como ressalta Krupskaya, "A mulher trabalhadora é membro da classe operária, seus filhos e todos aqueles que são próximos a ela pertencem a essa classe, assim, tudo que se refere à classe operária diz respeito a ela de forma direta e imediata" (KRÚPSKAIA, N. K. "O Partido Comunista e a trabalhadora". Em: SCHENEIDER, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 104).

¹⁷ Zetkin, C. Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>>. Acesso em: 31 de março de 2019.

¹⁸ As feministas socialistas, portanto, não abordaram a questão da libertação da mulher como um problema apenas jurídico, mas como uma questão de classe e de transformação da sociedade. Desse modo, seu movimento se difere da proposta das feministas liberais da primeira onda, que reivindicavam mais direitos, sem propor uma mudança radical e uma reconstrução das bases da sociedade, de sua moral e costumes. Para as feministas socialistas, essa era na verdade uma condição para que a libertação das mulheres fosse efetiva e plenamente alcançada.

¹⁹ Feministas retomaram essa discussão no 8 de março de 2017, já que, nesse ano, além da comemoração do centenário do processo revolucionário russo, também foi lembrado que a escolha de definição do Dia Internacional de Luta das Mulheres foi fomentado pela organização das mulheres socialistas, concebido pela primeira vez em 1910, durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, e consagrado na grande greve geral de mulheres ocorrida na Rússia no dia 23 de fevereiro de 1917 (no calendário juliano, 8 de março no calendário gregoriano), numa mobilização geral – que resultou na chamada Revolução de Fevereiro. Após a Revolução Russa, o "dia da mulher" se tornou uma data histórica e de luta indispensável no calendário do movimento feminista, ou, nas palavras de Kollontai, "o elo da longa e sólida corrente do movimento de mulheres" (Kollontai, A. M. "O dia da mulher". Em: Schneider, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017a, p. 160).

casamento religioso pelo casamento civil, o direito ao divórcio, o direito ao voto e o direito ao aborto – alcançado em novembro de 1920 e que fez da Rússia o primeiro Estado do mundo a permitir a interrupção da gravidez como uma questão de saúde pública, como um procedimento legal, gratuito e seguro. Todos esses direitos foram forjados através de uma legislação de transição, outorgado às mulheres após a Revolução de Outubro.²⁰

E as mulheres tiveram a chance de conquistar esta ampla gama de direitos, pois cumpriram um papel fundamental na construção de um projeto estratégico de transformação da sociedade, algo que produziu uma geração de dirigentes socialistas e feministas, marxistas e estrategistas, que contribuíram para o desenvolvimento e ampliação teórica do marxismo, tais como Kollontai, Krupskaya, Armand, sem contar as alemãs Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo.²¹

A atuação destas feministas foi dupla: concretizar o movimento de mulheres por seus direitos e lutar dentro dos partidos e sindicatos para que a importância da questão feminina fosse devidamente reconhecida, já que a maioria das organizações socialistas ainda eram ambientes hostis à causa feminina no começo do século XX, tanto por sua composição majoritária ser ainda de homens, como pelo entendimento comumente compartilhado de que a emancipação da mulher seria uma reivindicação liberal, ou ainda, uma "causa menor" diante da tarefa da revolução socialista.²²

Diante disso, várias iniciativas foram criadas pelas socialistas: 1) *agitação e propaganda* direcionada para as especificidades das mulheres, tal como a revista *Rabôtnitsa* (Trabalhadora), que abarcava em seu conselho editorial Inês Armand, Alexandra Kolontai e Nadêjda Krúpskaya; 2) a organização de uma série de *congressos e encontros*, tais como o I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia (1908), Congresso de Toda a Rússia para a Luta contra o Comércio de Mulheres (1910), I Congresso de Toda a Rússia sobre a Educação de Mulheres (1912), para discutir um *programa* para a emancipação das mulheres; 3) a criação de um aparato dentro do Partido Comunista – o chamado Departamento de Mulheres do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista russo (o *Jenotdiél*) – responsável por acessar e dialogar com as mulheres trabalhadores, com o intuito de promover esse trabalho cotidiano, movido pelo esforço

²⁰ Cf. Marcelino, G. H. 8 de março, Revolução Russa e o protagonismo das mulheres. *Revista Movimento*, 2017. Disponível em: < <https://movimentorevista.com.br/2017/03/8-de-marco-revolucao-russa-feminismo-mulheres/>>. Acesso em: 31 de março de 2019.

²¹ Kollontai, A. M. "As grandes combatentes no dia do Grande Outubro". Em: Schneider, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017b.

²² Kollontai, A. M. "Da história do movimento das trabalhadoras na Rússia". Em: Schneider, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017c, p. 193.

de aumentar a conscientização feminina e atrair as mulheres para a construção do Estado soviético.²³

O resultado desse processo de atuação e organização resultou em muitas contribuições importantes, tais como debates sobre libertação sexual e relacionamentos livres, a necessidade de uma educação igualitária desde a primeira infância e a criação de uma "escola livre",²⁴ além de uma questão que deu a tônica dos debates do feminismo marxista desde o princípio: a relação entre gênero e classe.²⁵ Mas talvez o ponto que inicialmente produziu mais avanços – embasado na compreensão materialista sobre as raízes materiais e sociais da opressão da mulher, a partir da leitura da obra de Marx e Engels – foi a tentativa de recriar a família e as condições econômicas para a igualdade e independência financeira das mulheres. Assim, o plano básico para a libertação das mulheres nos primeiros anos da Revolução passou pela socialização do trabalho não-remunerado que as mulheres realizavam em casa (cuidado com as crianças, lavar, limpar, cozinhar), que se tornou um serviço público garantido pelo Estado e executado por trabalhadores assalariados. Foram construídas uma série de lavanderias, creches, escolas e refeitórios públicos. As feministas russas acreditavam que, com isso, a família também perderia gradualmente sua função econômica e as relações matrimoniais mudariam. Não haveria necessidade de se regular o casamento pela lei, e o "amor livre" prevaleceria, pois as pessoas iriam se unir e separar livremente, como desejassem. Uma mulher não

²³ Krúpskaia, N. K. "O Partido Comunista e a trabalhadora". Em: Schneider, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017a, p. 104.

²⁴ Krúpskaia, N. K. "Deve-se ensinar 'coisas de mulher' aos meninos?". Em: Schneider, G. (Org.). *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017b, p. 90.

²⁵ De acordo com Clara Zetkin, as mulheres de alta classe possuem propriedades e, assim, a possibilidade de desenvolver sua individualidade e viver como desejassem. Ao não se sentirem forçadas a realizar o trabalho doméstico, por exemplo, elas têm condições de transferir seus deveres como mãe e dona de casa, pagando outra mulher para fazê-los. Sua contradição vem, entretanto, do fato de que essa condição não as tornam isentas de serem oprimidas e subjugadas pelos maridos. E este seria o centro das demandas apresentadas pelo movimento feminista desse estrato social: lutar contra o mundo masculino de sua classe. Nos círculos da classe média e da burguesia intelectual, o problema não seria a propriedade, mas os sintomas da produção capitalista, relacionado à necessidade do sistema de possuir força de trabalho qualificada e cientificamente treinada, trabalho que foi designado aos homens dessa classe. Assim, as mulheres de classe média, ao não serem donas de propriedades como as de classe alta, precisariam garantir sua igualdade econômica perante os homens de sua classe por meio da reivindicação de treinamento profissional igualitário e oportunidades iguais de trabalho. Enfrentam, portanto, as razões masculinas listadas contra o trabalho feminino qualificado: "inferioridade do cérebro feminino" e "tendência natural" a serem mães, colocando-as também diante da necessidade de exigir direitos políticos e derrubar as barreiras que foram criadas contra a sua atividade econômica. Já o proletariado feminino possui uma condição bastante diferente se comparado às mulheres das outras classes: sem propriedade, nem a chance de desenvolverem sua individualidade e intelectualidade, aceitam se submeter a condições de trabalho precária por não ter outra opção, tendo ainda que lidar com uma dupla opressão, a do âmbito privado e do público, da família e do trabalho. Cf. Zetkin, op. cit.

precisaria, assim, manter seu relacionamento com o marido por conta de dependência econômica. O amor deveria a partir daí se basear em atração e respeito mútuos.²⁶

Entretanto, dificuldades econômicas e o processo de burocratização do Estado soviético durante o período do stalinismo infelizmente impediu que as mulheres avançassem plenamente com seu plano. O governo de Stalin imprimiu retrocessos profundos às conquistas alcançadas no período anterior, pelo entendimento de que era preciso se dedicar exclusivamente às questões da produção, da industrialização e coletivização do campesinato, de forma que os temas da vida cotidiana e das relações entre homens e mulheres passaram a ser relegados a segundo plano. Em 1929, o departamento de mulheres do partido foi dissolvido. Em 1934, a homossexualidade voltou a ser penalizada. Em 1936, foi anunciado um novo Código da Família, que previa a proibição do aborto, bem como o desencorajamento ao divórcio, subtraindo-se direitos fundamentais.

Ainda assim, além de decisivo para os rumos da luta de classes na Rússia no começo do século XX, o protagonismo das socialistas transformou o sentido do papel político e social das mulheres no mundo todo. A partir dela, as mulheres se transformaram de força produtiva à força política, iniciando uma longa tradição de organização das mulheres trabalhadoras.

Gênero, raça e classe e a proposta de uma “teoria unitária”

Outro capítulo fundamental da relação entre feminismo e marxismo se deu em meio a segunda onda do feminismo a partir dos anos 1960, momento em que uma série de movimentos sociais (como o movimento negro, anticolonial, LGBT, estudantil) estavam questionando a ordem capitalista. Esse período intenso de lutas sociais representou um salto em relação ao momento anterior, ao introduzir novas questões e demandas, como debates sobre a dominação masculina, o direito ao corpo e a liberdade sexual.

Foi posto em questão, então, como tais lutas aparentemente culturais ou não econômicas também eram essenciais para o enfrentamento ao capitalismo. Simone de Beauvoir foi uma figura proeminente nesse sentido. Sua influência se deu, sobretudo, a partir da publicação de *O Segundo Sexo*, no qual evidencia a construção social do feminino. Sua famosa frase “não se nasce mulher, torna-se” foi amplamente reivindicada,

²⁶ Cf. Goldman, W. A libertação das mulheres e a Revolução Russa: legados e lições. *Margem Esquerda*, n. 28, 2017.

por rebater a explicação biológica de que a mulher é definida por seus “hormônios e instintos”, levando-a a dizer que “o ser humano do sexo feminino não é necessariamente mulher”. Pois para ela, trata-se tanto de uma questão relacional, quanto situacional: a mulher, primeiramente, se define em oposição ao homem – ela é o *Outro* da relação social e de poder entre os sexos: “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”. Além disso, entende que “todo o ser humano concreto se situa de um modo singular”, ou seja, que a posição da mulher é, em segundo lugar, uma construção social desde a infância, sendo a subordinação feminina algo que muda de acordo com a época histórica e lugar.²⁷

A implicação prática da teoria de Beauvoir é a de que a dominação masculina seria completamente eliminada não apenas com a conquista de direitos civis e a reforma das leis, mas quando a mulher conseguisse se tornar um sujeito pleno e autônomo. Para isso, seria preciso enfrentar e transformar efetivamente todos os aspectos sociais que a situam historicamente em um lugar inferior em relação ao homem: a educação, a moralidade, a religião, o casamento, a maternidade, o trabalho. Nesse sentido, o movimento feminista, apoiado em Beauvoir, passou a privilegiar o debate sobre como combater as raízes sociais dessa desigualdade por meio de novas vias. Por isso, nesse momento, é introduzida na agenda do movimento feminista, por exemplo, a questão corporal, insistindo na visão de que é necessário exibir como o corpo feminino é território da própria mulher, sobre o qual nem o Estado nem as Igrejas devem ter ingerência. A possibilidade de se decidir e ter controle sobre o próprio corpo, assim, seria um avanço na autonomia da mulher e na sua transformação em sujeito, tarefa que Simone de Beauvoir reivindicou como imprescindível para a emancipação feminina.²⁸ Na chave de que “o pessoal é político”, passou-se, assim, a privilegiar a crítica não apenas das relações de produção, mas das relações sociais, contra a cultura sexista dominante.²⁹

Além disso, a partir dos anos 1960, foram colocadas em evidência outras experiências, em contrapartida à hegemonia de um feminismo “pretensamente universal” que, ao perseguir a noção de igualdade prometida pela Revolução Francesa, não levou

²⁷ Beauvoir, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

²⁸ Silvia Federici, em *Calibã e a bruxa*, também endossa essa dimensão ao analisar como a política de controle dos corpos e da função reprodutiva das mulheres para se tornarem “máquinas de reprodução da força de trabalho” inaugurada pelo “caça as bruxas” nos séculos XVI e XVII foi uma das bases do desenvolvimento do capitalismo, além de um momento fundacional na desvalorização do trabalho das mulheres e do surgimento de uma divisão do trabalho sexual especificamente capitalista.

²⁹ Cf. Arruzza, C. *Dangerous Liaisons: the marriages and divorces of Marxism and Feminism*. Wales: Merlin Press, 2013, p. 50.

em conta a existência de diferenças entre as mulheres, em termos de classe, raça, sexualidade e contextos nacionais. O debate feminista foi, assim, complexificado, abrindo-se uma nova etapa para a luta pela libertação das mulheres, mais atenta à diversidade. A articulação entre as categorias de gênero, raça, classe, nacionalidade, sexualidade, é uma inovação nesse sentido, dando uma dimensão mais próxima do que é realmente "ser mulher". Substituiu-se, assim, o modelo emancipatório moderno baseado na ideia universal e abstrata de igualdade pela defesa das diferenças e de demandas particulares.³⁰ Como consequência, houve também uma pluralização do feminismo, em termos de perspectivas e práticas: o feminismo negro, LGBT, do terceiro mundo, etc..

Como relata Patricia Hill Collins, a ideia de “interseccionalidade” surgiu nesse momento no interior dos movimentos sociais, sendo posta em circulação pelo feminismo negro norte-americano inicialmente para dar forma às iniciativas de justiça social, ou seja, com o objetivo “de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia”.³¹ Assim, propunha-se que

[...] os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão.³²

Angela Davis produziu uma contribuição singular e original nesse sentido, ao mostrar como a luta por direitos das mulheres, a libertação do povo negro e da classe trabalhadora estavam “relacionadas de forma sistemática”. Davis retomou a contribuição das mulheres negras para a luta feminista até então excluídas das "histórias oficiais" do movimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, isso se deu pela relação entre o movimento de mulheres e a luta contra a escravidão: as mulheres engajadas no movimento antiaboliconista, "aspiravam a ser livres não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista".³³ E, nesse sentido, elas também representaram uma parte essencial da primeira onda do feminismo, a exemplo da trajetória de Sojourner Truth. Nesse sentido, a ressalva de Davis é a de que a aliança do proletariado, do povo negro e das mulheres só fortaleceria cada uma dessas lutas individualmente. E resgatar justamente

³⁰ Ibidem, p. 50-51.

³¹ Collins, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan.-jun. 2017, p. 7).

³² Ibidem, p. 8.

³³ Davis, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

a história e contribuições que as mulheres tiveram no surgimento do feminismo no contexto norte-americano serviria à essa reflexão.

Tais ponderações que vieram à tona a partir dos anos 1970 geraram um efeito simbólico imediato no discurso político dos movimentos sociais, fazendo, por exemplo, com que mulheres negras incorporassem a perspectiva de gênero ao movimento negro, ao mesmo tempo em que as feministas brancas fossem desafiadas a avançar nas discussões sobre as relações entre gênero e raça. Além disso, serviu para corrigir definições de classe que desconsideravam gênero e raça (corrente em certas posições marxistas que tendiam a criar hierarquias artificiais entre as opressões no interior do movimento de trabalhadores) e definições de gênero sem classe (tal como no feminismo radical, que privilegia uma análise a-histórica e de luta entre os sexos, bem como certas análises interseccionais focadas na relação entre gênero e raça).

Além disso, as discussões sobre gênero, raça e classe abriu espaço para o estudo aprofundado sobre as relações entre os diferentes sistemas de opressão, como a relação entre o patriarcado e o capitalismo, algo que é objeto de extensa discussão entre as feministas ainda hoje.

Como sistematiza Cinzia Arruzza, em suma, três teses gerais foram elaboradas a esse respeito: 1) a "teoria dos sistemas duplos ou triplos", segunda a qual cada tipo de opressão corresponde a um sistema autônomo; 2) a teoria do "capitalismo indiferente", em que as opressões de raça e gênero são vistas como independentes ao capitalismo (tanto do ponto de vista de que elas existiram em períodos históricos anteriores e que continuariam existindo se o capitalismo acabasse, como da perspectiva do próprio capitalismo, que também continuaria existindo independentemente destes tipos de opressão, na medida em que guarda uma relação meramente oportunista com elas para seu próprio benefício); 3) a "tese unitária", que possui afinidade com o ponto de vista materialista e para a qual patriarcado e capitalismo não são sistemas separados, já que, nas sociedades capitalistas contemporâneas, efetivamente não existe um sistema patriarcal autônomo ao capitalismo, já que ele “se tornou através de um longo processo histórico de dissolução das precedentes formas de vida social, parte integrante da sociedade capitalista”.³⁴

Sob essa perspectiva, as duas primeiras teses seriam problemáticas, em primeiro lugar, por fragmentar formas de opressão que na verdade estão intrinsecamente integradas

³⁴ Arruzza, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015, p. 34.

num determinado contexto social, que é a vida sob o sistema capitalista, entendido como uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, alienação. Além disso, tal separação analítica também produz desdobramentos políticos: se cada opressão corresponde a um sistema autônomo – a opressão de gênero ao patriarcado, a exploração econômica ao capitalismo, etc. – qual deve ser, afinal, o terreno da luta política por emancipação? Ou ainda, o que é, em última instância, o mais determinante, a luta no campo da dominação cultural ou da exploração econômica? Cria-se, portanto, uma falsa dicotomia, pela qual se recoloca as raízes dos problemas das opressões não no nível do capitalismo, mas no âmbito individual. O resultado é a substituição da via revolucionária por outros tipos de conflitos: o das identidades, práticas e discursos, desconectados da luta de classes.³⁵

Uma saída produtiva apresentada por essa questão foi apresentada por Nancy Fraser. A autora parte da observação de que, com o eclipse do imaginário socialista e o desencantamento com projetos emancipatórios de transformação social no final do século XX, as lutas de natureza simbólica e cultural (ligadas às questões de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade) tornaram-se uma “forma paradigmática de conflito político”.³⁶ Assim, com o intuito de compreender os movimentos por justiça num mundo neoliberal e pós-socialista, a autora propõe um esquema conceitual que visa reestabelecer uma relação entre demandas baseadas na “redistribuição” e aquelas baseadas em “reconhecimento”. Em sua visão, os diferentes tipos de opressão teriam esse duplo viés: econômico e cultural. No caso da opressão das mulheres, por exemplo, ela envolveria tanto o trabalho produtivo e reprodutivo por elas desempenhado, quanto as discriminações e formas de violência as quais elas estão submetidas. Assim, a emancipação das mulheres exigiria dois tipos de resposta: justiça redistributiva e por reconhecimento.

³⁵ Tais implicações políticas geralmente decorrem também de uma leitura equivocada sobre o próprio conceito de classe proposto pela teoria marxista, que a rigor não a entende como um conceito “concorrente” de outras “instâncias determinantes”, como raça e gênero, ou tampouco como uma categoria estritamente econômica; ela define a posição do sujeito na totalidade social, a partir da localização que ocupa no modo de produção (é detentor dos meios de produção, ou vendedor da força de trabalho?), sendo que cada uma dessas localizações corresponde a uma determinada consciência, moral, modo de vida, etc.. Em termos conceituais, ela constitui “uma forma de abstração capaz de transcender a individualidade e a particularidade”; em termos empíricos, ela se materializa ao ser formada por homens e mulheres, brancos e negros, etc. Cf. Jameson, F. “History and Class Consciousness” as an Unfinished Project. Em: *Valences of the Dialectic*. London: Verso, 2009.

³⁶ Fraser, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, v. 15, n. 14-15, 2006., p. 231.

Outro modelo interpretativo pode ser extraído de uma “teoria do ponto de vista”, que basicamente consiste na ampliação da noção de “ponto de vista do proletariado”, apresentado por Lukács em *História e Consciência de Classe*, à outros grupos sociais (ou seja, além do ponto de vista do proletariado, existiria também o da mulher, do negro, etc.). Nesse sentido, cada grupo social, ao possuir uma localização social específica, produz um ponto de vista particular sobre a totalidade social, sendo assim capaz de apreender uma determinada característica da estrutura de dominação e opressão do modo de produção capitalista. Ou seja, cada grupo acaba enxergando “características do mundo que permanecem obscuras, invisíveis ou meramente ocasionais e secundárias para outros grupos”, o que produz novas possibilidades de conhecimento, “situados”. As mulheres, por exemplo, possuem uma “experiência fenomenológica específica (...) na ordem social patriarcal”, de forma que elas vivem e enxergam determinações que outros grupos não vivem e não veem, o que as tornam, portanto, ao lado dos demais grupos que também vivem por sua vez suas próprias especificidades sob o capitalismo, imprescindíveis tanto para uma crítica ao sistema quanto para sua transformação.³⁷

A diferença, portanto, dessa perspectiva em relação às teorias criticadas por Arruzza é que ela localiza e prioriza a consideração da experiência dos grupos oprimidos sob a totalidade (o capitalismo). Dessa maneira, não lê o problema do oprimido sob o pano de fundo de sua própria opressão, mas antes, reconstrói a totalidade dentro da qual ele está inserido, que é o que precisamente informa sua opressão. Além disso, no fundo, revela a importância das lutas sociais estarem conectadas com uma perspectiva anticapitalista, já que cada ponto de vista revela um aspecto essencial tanto para o conhecimento, quanto para a luta contra o sistema.

A crise do capitalismo e a luta das mulheres: o feminismo para os 99% e a reconexão entre as partes e o todo

Com o declínio das lutas sociais que despontaram nos anos 1960, o movimento feminista passou por um momento de rearranjo, afetado pelo grande sentimento de descrença e estreitamento de horizonte que tomou conta dos anos 1980, de forma que o caráter antissistêmico presente nas críticas feministas naquele período deu lugar a temáticas específicas e formas de resistência particulares.

³⁷ Jameson, op. cit., p. 215-216; 221.

Além disso, a reestruturação produtiva nos anos 1970 abriu um novo estágio do desenvolvimento capitalista, pautado por um modelo econômico mais “flexível” (pós-fordista) e pelo surgimento de novas formas mais sofisticadas de dominação cultural.³⁸ Como ressalta Nancy Fraser, baseada em Boltanski e Chiapello, trata-se de um momento em que o capitalismo se renovou incorporando algumas de suas críticas, entre elas, certas reivindicações da segunda onda do feminismo, que foram instrumentalizadas e incorporadas nas próprias estruturas do neoliberalismo.³⁹

Ou seja, inaugurou-se um momento de reorientações. No âmbito político, houve um divórcio do movimento feminista e o movimento de trabalhadores, processo que introduziu um período de perda de prerrogativa da perspectiva emancipatória clássica e a emergência dos conflitos “pós-socialistas”, baseado em um novo imaginário político centrado na ideia de dominação cultural, em meio a “emergência de uma grande variedade de práticas políticas de pequenos grupos, sem base em classe social”.⁴⁰ Ou seja, reabriu-se a dificuldade de conectar gênero, raça e classe e articula-los numa política integrativa.

No âmbito intelectual, assistiu-se, além de um maior distanciamento dos intelectuais da intervenção política, um afastamento da perspectiva marxista e a proliferação de novas correntes teóricas no pensamento crítico, como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, o desconstrutivismo, etc. De maneira geral, houve uma resistência ideológica às “metanarrativas” e às noções clássicas como totalidade, classe, revolução, emancipação, modo de produção (acusadas como reducionistas e “economicistas”) e a adesão a um novo léxico pautado em noções abertas de diversidade, pluralidade e identidades múltiplas, deslocando o centro dos interesses da crítica social de temas universais para os particulares.⁴¹

³⁸ Cf. Harvey, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

³⁹ Cf. Fraser, O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Outubro*, n. 26, 2016; Boltanski & Chiapello. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

⁴⁰ Jameson, F. *Pós-modernismo, ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997, p. 322. Nas palavras de Arruzza, “A separação do movimento operário e dos movimentos sociais foi acompanhada pela obliteração de qualquer crítica das relações de produção, que foram substituídas pelas relações de poder e dominação na esteira das tendências pós-modernas, particularmente inspiradas nas ideias de Foucault. Consequentemente, elas tendiam a concentrar exclusivamente nas instituições que garantem e mantêm o sistema de papéis sexuais – matrimônio, a família, prostituição e heteronormatividade” (Arruzza, *Dangerous Liaisons*, p. 107). Na crítica de Collins, “a micropolítica na teoria política, que postula que o poder está aparentemente em toda parte, produziu resultados micropolíticos contra as injustiças sociais” (Collins, op. cit., p. 15).

⁴¹ Para autores marxistas, esse processo é um sintoma de um dos principais traços do capitalismo contemporâneo: a fragmentação, presente não só nos discursos pós-modernos, como também no próprio mundo contemporâneo, seja no sentido estrutural (com a dispersão da produção, dos trabalhadores, etc.), como no sentido subjetivo (tendo em vista a emergência de uma consciência pautada pela superficialidade, perda de historicidade, presentificação e pela temporalidade do consumo e das imagens que dificultam a

Um exemplo disso se deu entre os adeptos da perspectiva interseccional. Como relata Collins, a interseccionalidade foi uma ideia que nasceu no interior do feminismo negro ligado às perspectivas socialistas (notadamente, a Combahee River Collective formada em Boston em 1974), e que sofreu uma “tradução imperfeita” nos anos 1980 e 1990 quando migrou para a academia. Pois, o que era inicialmente um projeto de conhecimento vinculado às lutas por justiça social, perdeu sua conexão com os movimentos e se tornou um campo de estudo acadêmico, que passou a se nortear pela disputa de espaço, legitimidade e reconhecimento na academia, moldando-se cada vez mais por suas normas e práticas normativas, tendo em vista a própria necessidade de se transformar o pensamento que imperava nesse ambiente.⁴² A consequência desta dissociação entre a interseccionalidade como conhecimento e política emancipatória foi o abandono da compreensão das desigualdades sociais como intrinsecamente ligadas a uma agenda de justiça social, de forma que as intersecções viraram ideias, e não ideias e ações, mais um instrumento de descrição do que de crítica, invertendo seu propósito original.⁴³ Nesse processo, estudos interseccionais refinaram a explicação sobre as opressões de gênero, raça e classe e como elas moldam as experiências e identidades, mas deixaram subteriorizado como elas possuem uma relação recíproca ao serem produzidas e sustentadas por um todo social mais amplo (o capitalismo racializado e patriarcal).⁴⁴

Pode-se dizer que os desafios teóricos e políticos apontados por essa trajetória da interseccionalidade têm sido retomados no atual contexto de crise capitalista, no qual assiste-se um renascimento tanto de perspectivas antissistêmicas, quanto do pensamento marxista, em meio às múltiplas formas de enfretamento emergentes. Ou seja, nesse novo cenário econômico e político aberto pela crise de 2008, foi retomada a busca por pontos de vista que integrem as explicações sobre as diferentes formas de opressão a uma análise anticapitalista abrangente.⁴⁵

preservação do sentido de totalidade e de continuidade imprescindível à consciência histórica). Para Fredric Jameson, isso tornou mais do que atual a defesa do conceito de totalidade, um horizonte fundamental, ao possuir a capacidade de “restaurar, pelo menos metodologicamente, a unidade perdida da vida social e demonstrar que elementos amplamente distantes da totalidade social são, em última instância, parte do mesmo processo histórico global” (Jameson, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992, p. 231). Ou seja, configura-se como um instrumento através do qual as afinidades secretas entre âmbitos aparentemente autônomos e não relacionados são percebidos num mundo unificado, no qual realidades descontínuas se acham implicadas umas nas outras.

⁴² Cf. Collins, op. cit., p. 10-12.

⁴³ Ibidem, p. 8-13.

⁴⁴ Cf. Ferguson & McNally, op. cit., p. 49-50.

⁴⁵ Na hipótese de Nancy Fraser, a crise de 2008 abriu a possibilidade de uma nova etapa da luta feminista, na qual o feminismo recuperaria seu caráter contestatório e crítico à ordem capitalista. Concomitantemente, diferentes episódios recentes – como a votação do Brexit no Reino Unido, a mobilização em torno de Bernie

Nesse sentido, em meio a atual onda do feminismo, um novo capítulo da história entre feminismo e marxismo foi aberto, surgindo novas concepções, como a do “feminismo para os 99%”. Enfatizando os diferentes problemas trazidos pelo capitalismo em sua atual configuração – como a precarização do trabalho (pago e não remunerado), a feminização da pobreza, a violência contra a mulher, o racismo, a xenofobia, o conservadorismo, o desmonte dos serviços públicos, a devastação ambiental, etc. – as autoras do manifesto atestam o papel estratégico que as mulheres (trabalhadoras, negras, migrantes, etc.) tem na luta contra o sistema, sobretudo tendo em vista que a atual crise tem afetado justamente as atividades ligadas a reprodução social:

[...] Na fase anterior do desenvolvimento capitalista, social-democrata (ou administrada pelo Estado), as classes trabalhadoras dos países ricos obtiveram algumas concessões do capital na forma de apoio estatal à reprodução social: pensões, seguro-desemprego, salário-família, educação pública gratuita e seguro-saúde (...) O capitalismo neoliberal, financeirizado, é algo completamente diferente. Longe de empoderar os Estados para estabilizar a reprodução social por meio de provisões públicas, ele autoriza o capital financeiro a disciplinar Estados e povos nos interesses imediatos dos investidores privados.⁴⁶

Como ressaltado pelas feministas marxistas desde os anos 1970, acontece que, na sociedade capitalista, a organização da reprodução social se baseia no gênero. E, no atual momento de crise, ela se torna um aspecto fundamental da luta de classes. Pois, com o corte de verbas públicas e programas sociais pelo neoliberalismo, a contradição entre reprodução do capital e reprodução social da vida tornou-se mais intensa, algo que atinge diretamente as mulheres, devido ao lugar que elas ocupam na divisão sexual do trabalho. E à medida em que elas se deparam com maiores dificuldades e contradições para empenhar o papel reprodutivo e de preservação da vida que é socialmente designado a elas, há um processo de tomada de consciência sobre sua condição social de opressão,

Sanders, a eleição de Trump, o fortalecimento da extrema direita, a crise dos partidos de centro e aumento da polarização política em diversos países – teriam indicado o fim do “neoliberalismo progressista”, conformado anteriormente pela “aliança entre, de um lado, correntes majoritárias dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo e direitos LGBT) e, do outro lado, um setor de negócios baseado em serviços com alto poder ‘simbólico’ (Wall Street, o Vale do Silício e Hollywood)” – o que reafirmaria a necessidade do fortalecimento de novas perspectivas antissistêmicas, que não caiam no erro da segunda onda do feminismo (Fraser, N. The End of Progressive Neoliberalism. *Dissent Magazine*, 2017. Disponível em: <https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser>. Acessado em: 31 de março de 2019.

⁴⁶ Arruzza, C.; Bhattacharya, T; Fraser, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.p. 114-115.

exploração e discriminação.⁴⁷ Esse crescimento da “consciência feminina”, por sua vez, pode assumir em conjunturas de crise um sentido transformador, produzindo uma subjetividade anticapitalista, que potencialmente coloca as mulheres como um dos principais sujeitos políticos na luta contra o sistema.

As autoras do manifesto resgatam uma série de episódios que reforçam essa tese, expressa numa maior adesão às ideias feministas, por um lado, e uma feminização das lutas sociais, por outro: levante de luta contra a violência à mulher que tomou a América Latina sob a consigna do *Nem Uma a Menos*, a Marcha de Mulheres à Washington nos Estados Unidos contra Donald Trump, os últimos protestos no Dia Internacional de Luta das Mulheres, a luta pela legalização do aborto na Argentina, os protestos do *#EleNão* no Brasil e, especialmente, as greves feministas feitas por mulheres em diversos países do mundo desde 2017, especialmente aquelas que se dão na esfera da reprodução social (escolas, saúde pública, habitação, transporte). Para as autoras, tratam-se de uma série de ações e manifestações nacionais que assumiram um caráter cada vez mais coordenado e internacional.

No nível político, portanto, o feminismo para os 99% representa a ideia de que a luta das mulheres possui uma importância estratégica para a luta anticapitalista que, no mundo globalizado, necessita de uma articulação mundial. O feminismo, assim, teria o papel e a capacidade de oferecer uma saída à atual crise capitalista, bem como reinventar o internacionalismo, ao conseguir articular e engajar simultaneamente mulheres de diferentes países, ao ter um lado na luta de classes e advogar em defesa dos direitos de todas as pessoas exploradas, dominadas e oprimidas: “das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência”.⁴⁸ Nesse sentido, ele se postula em oposição ao feminismo liberal que, ao se apoiar numa visão de igualdade baseada no mercado e se centrar em ideias como de meritocracia, valoriza a realização individual acima das ideias coletivas, conformando-se enquanto um alibi perfeito para o neoliberalismo: “ocultando políticas regressivas sob uma aura de emancipação, ele permite que as forças que sustentam o capital global retratem a si mesmas como “progressistas””.⁴⁹

⁴⁷ Cf. Cámara, J. Sujeto político y estrategia en el movimiento de mujeres. *Viento Sur*, 2018. Disponível em: <<https://vientosur.info/spip.php?article14343>>. Acesso em: 31 de março de 2019.

⁴⁸ Arruzza; Bhattacharya; Fraser, op. cit., p. 41.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 39.

Além disso, pode-se dizer que essa concepção trazida pelo manifesto também representa um ponto de junção na história do feminismo marxista, ao integrar, numa teoria unitária, os avanços tanto da perspectiva interseccional, quanto da teoria da reprodução social, dando um salto na análise sobre as relações de gênero, raça e classe e sua relação dialética com o todo capitalista. Como expresso no manifesto, aposta-se que a atual onda feminista mostra caminhos para superar a oposição entre política de classe e política identitária que tomou os conflitos de tipo “pós-socialistas”, entendendo que a luta de classes hoje é ao mesmo tempo “feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista” e que o movimento feminista “deve unir forças com outros movimentos anticapitalistas mundo afora – com movimentos ambientalista, antirracista, anti-imperialista e LGBTQ+ e com sindicatos”.⁵⁰ Apela-se, portanto, que, por si só, as múltiplas formas de resistência que tem surgido em resposta a crise generalizada do sistema não conseguirão dar sozinhas respostas efetivas para os problemas, sendo necessário uma reunificação, que só uma visão antissitêmica pode oferecer.

Em termos teóricos, isso significa reconhecer a complementariedade do feminismo interseccional e da reprodução social, num esforço de conseguir “articular e explicar a experiência *diferenciada-mas-unificada* das múltiplas opressões”, entendendo o todo social como complexo e diverso.⁵¹ Disso, deriva uma estratégia política que nem recai numa mera somatória de lutas dispersas, nem na defesa de hierarquização de uma única luta, entendida como prioritária (posição que é geralmente endossada por uma concepção estreita de classe). O foco passa a ser enxergar, de maneira dialética e histórica, que gênero, raça e classe são partes integrais à reprodução de um todo social – o capitalismo – que, na sua forma concreta, é racializado, patriarcal, etc., e valora a vida e o trabalho das pessoas de acordo com suas diferenças. Dessa compreensão fundamental, torna-se evidente que a possibilidade de construir alianças entre as lutas antirracista, feminista, sindical, ambientalista, etc., passa por uma visão “combinada e desigual”, que respeite as diferenças, conectando-as ao mesmo tempo à lógica social que as oprime de diferentes maneiras.

A partir disso, propõe-se, portanto, uma tentativa de consenso para uma série de disputas entre abordagens que transformaram o movimento feminista num espaço

⁵⁰ Ibidem, p. 34; 93.

⁵¹ Ferguson, S. Feminismo interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos CEMARX*, n. 10, 2017, p. 15.

fragmentado de posições e ideias. Não está claro se tal concepção de fato terá um efeito unificador, mas a postura é singular.

Outro ponto que revela a abertura de um novo capítulo da relação entre feminismo e marxismo é a forma como esse novo feminismo propõe uma reconexão entre a luta das mulheres e dos trabalhadores, que foi perdido no final da segunda onda e é reanimado no atual contexto de crise, sobretudo a partir da construção das greves de mulheres, que possuem grande centralidade para as adeptas do “feminismo para os 99%”, na medida em que “demonstram o enorme potencial político do poder das mulheres: o poder daquelas cujo trabalho remunerado e não remunerado sustenta o mundo”.⁵² Nesse sentido, guardadas as proporções, o legado das feministas socialistas que atuavam no interior do movimento operário e revolucionário no começo do século é retomado, resgatando um feminismo que reivindica os métodos da classe e a pensa em estratégias de luta (greves, marchas, bloqueios, etc.), atuando na democratização e renovação da atuação sindical clássica. A contradição ou o impasse apenas é que, diferentemente do momento de escrita de outro importante manifesto, *O manifesto comunista*, hoje vivemos um cenário político fragmentado, com um movimento sindical desarticulado, com ausência de força revolucionária unificada e alternativas políticas e partidárias de esquerda consolidadas, o que dificulta em muito a proposta de consolidação de uma saída antissistêmica.

De qualquer forma, o interessante é que o manifesto feminista disputa o sentido de uma nova onda da luta feminista, e também do marxismo contemporâneo – para que seja renovado, capaz de enfrentar os problemas de nossa época e levar às últimas consequências o próprio apontamento de Marx de que a realidade social concreta é a concentração de múltiplas determinações, é uma “unidade da diversidade”. Nesse sentido, atesta o feminismo como uma força política vital e decisiva na luta contra o capitalismo, de forma a tornar necessário que qualquer projeto anticapitalista e socialista leve em consideração sua capacidade crítica e utópica de sugerir novas formas de relações sociais (família, casamento, trabalho) e novas formas de fazer política.

Além disso, o fato é que, por meio de uma tensão criativa entre trabalho intelectual e político, um grupo de intelectuais e ativistas está revivendo a relação entre o pensamento feminista e luta por justiça social, de forma a repor a possibilidade de reconexão da própria relação entre teoria e prática no interior da história do marxismo.

⁵² Arruzza; Bhattacharya; Fraser, op. cit., p. 33.

Referências bibliográficas

- ALAMBERT, Z. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- ARMAND, I. "As trabalhadoras na I Internacional". Em: SCHNEIDER, G. (Org.). *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ARRUZZA, C. *Dangerous Liaisons: the marriages and divorces of Marxism and Feminism*. Wales: Merlin Press, 2013.
- _____. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015.
- _____; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- CÁMARA, J. Sujeto político y estrategia en el movimiento de mujeres. *Viento Sur*, 2018. Disponível em: <<https://vientosur.info/spip.php?article14343>>. Acesso em: 31 de março de 2019.
- COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan.-jun. 2017.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, S. Notas sobre gênero em “O Capital” de Marx. *Cadernos CEMARX*, n. 10, 2017.
- FERGUSON, S. Feminismo interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos CEMARX*, n. 10, 2017.
- _____. & MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, n. 29, 2017.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, v. 15, n. 14-15, 2006.
- _____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Outubro*, n. 26, 2016.
- _____. The End of Progressive Neoliberalism. *Dissent Magazine*, 2017. Disponível em: <https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser>. Acessado em: 31 de março de 2019.

GOLDAMAN, W. A libertação das mulheres e a Revolução Russa: legados e lições. *Margem Esquerda*, n. 28, 2017.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

JAMESON, F. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992

_____. *Pós-modernismo, ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.

_____. "History and Class Consciousness" as an Unfinished Project. Em: *Valences of the Dialectic*. London: Verso, 2009.

KOLLONTAI, A. M. "O dia da mulher". Em: SCHENEIDER, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017a.

_____. "As grandes combatentes no dia do Grande Outubro". Em: SCHENEIDER, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017b.

_____. "Da história do movimento das trabalhadoras na Rússia". Em: SCHENEIDER, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017c.

KRÚPSKAIA, N. K. "O Partido Comunista e a trabalhadora". Em: SCHENEIDER, G. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. "Deve-se ensinar 'coisas de mulher' aos meninos?". Em: SCHENEIDER, G. (Org.). *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017b,

MARCELINO, G. H. 8 de março, Revolução Russa e o protagonismo das mulheres. *Revista Movimento*, 2017. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2017/03/8-de-marco-revolucao-russa-feminismo-mulheres/>>. Acesso em: 31 de março de 2019.

_____. As sufragistas e a primeira onda do feminismo. *Revista Movimento*, 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/02/3801/>>. Acesso em: 31 de março de 2019.

VOGEL, L. *Marxism and Women Opression: Toward a Unitary Theory*. Boston: Brill, 2013.

ZETKIN, C. Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso.
Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>>. Acesso em: Acesso em: 31 de março de 2019.